

## A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Thaisy Correia Guerra Delgado <sup>1</sup>

Rita de Cassia da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre a importância das políticas públicas no âmbito educacional, de modo a melhorar a educação no Brasil, proporcionando a construção de cidadãos com éticas e valores. Segundo Ferreira (2014) “não há como construir uma sociedade voltada para a cidadania, ética e valores familiares sem que a educação possa ser o alicerce que fecunda os pilares da dignidade”. Sendo assim, entende-se que a qualidade da educação é um assunto extremamente complexo, pois retrata o trabalho com os docentes, sua didática, a estrutura da escola, entre outros fatores que influenciam no ensino do indivíduo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica a partir de artigos indexados.

Palavras- Chave: Educação. Políticas Publicas. Sociedade

### ABSTRACT

The present research aims to reflect on the importance of public policies in the educational field, in order to improve education in Brazil, providing the construction of citizens with ethics and values. According to Ferreira (2014), "there is no way to build a society focused on citizenship, ethics and family values without education being the foundation that fecundates the pillars of dignity." Thus, it is understood that the quality of education is an extremely complex subject, because it portrays the work with the teachers, their didactics, the structure of the school, among other factors that influence the teaching of the individual. The methodology used was the bibliographical research from indexed articles.

Keywords: Education. Public policy. Society

<sup>1</sup> Thaisy Correia Guerra Delgado, Enfermeira, Auditora, Especialista em Nutrição Clínica, Mestranda em Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas da Universidade Santa Cecília, Santos – SP

<sup>2</sup> Rita de Cassia da Silva, Advogada, Especialista em Direito Civil e Processo Civil; Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho Mestranda em Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas da Universidade Santa Cecília, Santos – SP

## 1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de revisão bibliográfica tem por intuito refletir sobre a importância das políticas públicas no âmbito educacional, de modo a melhorar a educação no Brasil, proporcionando a construção de cidadãos com éticas e valores. Segundo Ferreira (2014) “não há como construir uma sociedade voltada para a cidadania, ética e valores familiares sem que a educação possa ser o alicerce que fecunda os pilares da dignidade”. A relevância dessa pesquisa é contribuir de maneira positiva com a sociedade, mostrando como se dá as políticas públicas educacionais, alavancando mais conhecimentos para profissionais da área e a todos interessados no tema, de forma significativa quanto a formação integral do sujeito, a fim de prezar a qualidade da educação como peça fundamental para o crescimento da sociedade. Sendo assim, entende-se que a qualidade da educação é um assunto extremamente complexo, pois retrata o trabalho com os docentes, sua didática, a estrutura da escola, entre outros fatores que influenciam no ensino do indivíduo. A educação, conforme Ferreira (2014) “é um conceito muito amplo para ser tratada pelas políticas educacionais, pois é focada nas questões escolares”.

Essas políticas públicas têm por intuito encontrar soluções para os grandes desafios sociais na educação, diminuindo assim os diferentes níveis de escolaridade, bem como as diferenças sociais dentro da sala de aula. Tanto que até algum tempo atrás, de acordo com Schneider (s/d) o ensino era um privilégio de poucos, onde somente quem tinha condições econômicas, tinham acesso à escola. Segundo Goldemberg (1993) “a educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural, mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais.”

Conforme estabelecido na Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

“Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

No Brasil, o sistema educacional, conforme Santos (2010) “reflete-se, até pouco tempo atrás, num modelo instrucional obsoleto tanto em sua estrutura hierárquica, quanto em seu conteúdo formal, incompatível com as exigências da sociedade atual.” Segundo revela as pesquisas quanto a história da educação, Gadotti (1995) entende que houve três

período predominantes, onde foi do descobrimento até 1930, o qual considerava a educação como tradicional, centrada no adulto e no professor como ser supremo, essa época era pautada pela religiosidade, já o segundo período foi de 1930 a 1964, momento de muitos conflitos entre o ensino público e o privado, a educação era liberal centrada na criança e por fim o último período de 1964 a 1985 tempo em que o governo militar era dominante e predominava a escola tecnicista, a partir desse momento houveram várias transições que dura até os dias atuais, deixando claro que a educação ainda tem falhas, atrasos com relação aos outros países do mundo e por esse fato necessita e muito das políticas públicas, a fim de corrigir essas lacunas e melhorar a aprendizagem em todo o país..

O grande pilar da educação é a habilidade emocional, pois tem como foco o trabalho com as emoções e para isso requer paciência, pois numa sala de aula os indivíduos terão condições para lidar com seus sentimentos o que contribuirá para um mundo menos agressivo. A educação tem como proposta, a promoção do desenvolvimento do caráter, da liberdade, autonomia e cidadania, onde o ensino é considerado uma ação que envolve a organização e o educador, que tem como papel de preparar, dirigir, acompanhar e avaliar o processo de ensino. (Martins, s/d).

Por meio da Constituição de 1988 “a educação foi considerada um direito de todos, dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. (Gadotti, 1995). Assim Nascimento (2011) retrata que a educação está focada cada vez mais nos seres humanos, voltada para suas necessidades e características de um ser dotado de espírito, corpo, emoção e razão, onde a escola é um espaço amplo, que se encontram as diferenças, valores, experiências, culturas, crenças e relações sociais que se misturam e fazem da escola uma estimulante estrutura de aquisição do conhecimento. A educação tem mudado significativamente com o decorrer dos anos, de acordo com o progresso econômico, mas ainda falta muito para atender plenamente a toda a demanda da sociedade com qualidade. (Schwartzman, 2005) O ensino deveria ser focado na desconstrução da desigualdade social, dando acesso e condição a todos os alunos, com a intenção de adquirir o aprendizado com qualidade e eficiência, valorizando os professores e a troca de idéias e conhecimentos dentro da sala de aula.

## **1.1 Reformas Educacionais**

As reformas educacionais tem com proposta mudar a concepção e organização do trabalho escolar, segundo Souza (s\ d) “o objetivo é ampliar os recursos e redefinir regras institucionais e os mecanismos de gestão, porém esse processo de reforma é realizado sob legislação e normas educacionais, acompanhados pela criação e reformulação de órgãos, disponibilizando assim os recursos e a melhoria no sistema de informação, necessários para a construção de indicadores educacionais capazes de aferir os resultados conquistados.” De acordo com Bomeny (2001), segue abaixo um breve relato histórico das reformas que ocorreram entre 1890 a 1930, de modo a entender como o sistema educacional se configurou e ainda tem se formatado até os dias de hoje:

Reforma de Benjamin Constant (1980) centrada na atenção do ensino científico, ao invés do literário, outra questão levantada nessa reforma foi a prioridade no Ginásio Nacional que era a porta de entrada para o Ensino Superior, além disso iniciou o modelo de seriado no processo educacional.

Reforma Epitácio Pessoa (1901) onde a educação nacional deveria priorizar a formação secundária, visando a consolidar a estrutura seriada do modelo educacional e ampliar as avaliações para todos os níveis de modo a dar certificados e elevar a qualidade de ensino.

Reforma Rivadávia Correa (1911) revogou formalmente a reforma anterior, eliminando as avaliações e deixando o ensino completamente livre, abolindo os certificados. Essa reforma ficou marcada como desregulamentadora, promovendo o caos na educação nacional com a omissão total do Estado.

Reforma Carlos Maximiliano (1915) voltou atrás de algumas decisões da reforma anterior, restaurando os certificados de conclusão, desenvolveu exames preparatórios e o exame vestibular para ingressar no ensino superior, reoficializando assim o ensino e o restabelecimento da interferência do Estado.

Reforma Sampaio Dória de São Paulo (1920) foi considerado como o desastre pedagógico, pois consistia na reorganização do ensino primário de forma que a obrigatoriedade escolar não começasse mais aos 7 anos e sim aos 9 anos, seu intuito era alfabetizar em massa as crianças, em um curso reduzido para 2 anos, de modo a aumentar o número de vagas e acelerar o processo de alfabetização e escolarização pública.

Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922) que centralizou a educação focando nos trabalhos manuais, na formação de professor na educação física, dando ênfase na educação moral e cívica e no ensino profissionalizante com embasamentos científicos.

Reforma Lourenço Filho no Ceará (1922) seu intuito era levar a educação para o meio rural, proporcionando formações melhores de professores, aplicação de métodos de avaliação de testes de inteligência e que todos tivessem oportunidades iguais, priorizando o aprimoramento técnico, o que mais marcou nessa reforma foi aplicação de testes psicológicos com o intuito de melhorar a aprendizagem.

Reforma Rocha Vaz (1925) aboliu os exames preparatórios, obrigando o indivíduo a cursar o ginásio de 6 anos com frequência obrigatória, com o objetivo de promover uma seriação mais racional das matérias e organizar o ensino com programas e horários mais convenientes.

Reforma Góis Calmon na Bahia (1925) tinha o objetivo de trabalhar centrado na educação física, intelectual e moral de modo a formar homens aptos para a vida em sociedade.

Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927) focado no ensino público e na qualificação dos professores, além da reestruturação do curso normal, com essa reforma surgiram cursos de aperfeiçoamento e o estabelecimento de disciplinas específicas.

Reforma do Distrito Federal (1928) foi considerada uma das mais radicais, com o intuito de preparar as gerações para a vida social, criando conselhos escolares e focando no ensino técnico profissionalizante.

Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928) criou a Diretoria Técnico de Educação com o objetivo de dirigir e orientar as políticas educacionais do Estado.

Em 1930 com a revolução houve uma nova configuração na política pública educacional, com o desenvolvimento do Ministério da Educação, e após esse momento houve novas reformas sempre com a intenção de preservar a qualidade do ensino até os dias de hoje. O principal alicerce de embasamento das reformas é o sistema educacional, priorizando a rede pública, garantindo a unidade do sistema e o mesmo padrão de qualidade em todo o Brasil. (Gadotti, 1995) De acordo com Souza (s\ d) as reformas educacionais tem como objetivo de suprir as necessidade das escolas com recursos adequados para o funcionamento e a qualidade do ensino promovendo o desenvolvimento da escrita, da leitura e aritmética, além de focar na qualificação profissional e na aquisição da aprendizagem.

Entretanto sabe-se que ao longo do tempo até agora há grandes polêmicas em volta dos professores, onde se percebe que muitos deles não fazem o bom uso de seu tempo em sala de aula, muitas vezes, por limitação metodológica, além disso, outra questão considerada como desafio na educação, são os pais que não participam como deveriam desse processo de decisões da escola.

## **1.2 A Importância das Políticas Públicas**

De acordo com as investigações na literatura, entende-se a importância das políticas públicas, os quais representam uma ação do Estado perante a sociedade, no caso da pesquisa em questão, focada na educação, onde essas políticas tem um caráter social, que contribuem no sentido de administrar conflitos que garantam os interesses do capital humano. (Santos, 2012)

Conforme Schwartzman (2005) há muitos problemas no ensino básico que devem ser analisados e levados em conta pelas políticas públicas educacionais, essas questões visam a qualidade da educação, a recuperação de adolescentes e adultos jovens que por algum motivo deixaram a escola ou estão atrasados no ensino. Para que algumas situações tenham novas configurações, o currículo escolar por exemplo, deve ser reformulado com o objetivo de proporcionar um melhor atendimento as necessidades dos alunos. Desta forma, a LDB (Leis e Diretrizes e Bases) tem a intenção de preservar o direito da sociedade em fazer uso dos benefícios da escola a todos, com respeito as diferenças e limitações e que trate o indivíduo como agente de sua própria aprendizagem. (Souza, 2013)

Além disso, voltando a importância das políticas públicas, Ferreira (2014) retrata que o papel delas é de “enfrentar de frente os problemas existentes no cotidiano das escolas que reduzem a possibilidade de manter a qualidade na educação, como por exemplo focar nos problemas relacionados a fome, as drogas e violência que vem se instalando nas escolas de todo o país.”

Corroborando com essa idéia, Ferreira (2014) revela também que ao se tratar de qualidade na educação, deve-se levar em conta também ”a estrutura física do local de ensino, a organização escolar, além do aporte metodológico e didático que possibilite aos docentes oferecer um processo de ensino e aprendizagem com qualidade e eficiência.”As políticas públicas educacionais devem centralizar seus esforços para a melhoria dessa qualidade no ensino, proporcionando meios adequados para que as instituições possam exercer seu papel com autonomia pedagógica, administrando da melhor forma possível com uma gestão

escolar forte e segura, contando com o apoio do Estado, transmitindo assim maior segurança a sociedade. (Schneider, s\d))

Sabe-se que há grandes desafios a serem superados na educação no Brasil, que de certa forma limitam o trabalho das escolas, por exemplo com relação a atuação dos professores, que muitas vezes são prejudicadas pela falta de equipamentos e condições de ensino, além da deficiência na própria formação, entre outros. Desta forma, se faz necessária e mostra-se importante a participação ativa das Políticas Públicas Educacionais.

## **Conclusão**

A educação, segundo Gadotti (1995) “é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem, em função de seus interesses, bem como um processo de formação do homem no tempo, ou seja, um fator histórico, pois representa a própria história individual de cada ser humano e que configura o homem em toda a sua realidade, além de ser um fenômeno cultural e social, a educação transmite entre o conhecimento, experiências, crenças e valores.” Com essa pesquisa fica claro o desafio das reformas educacionais e a importância das políticas públicas educacionais frente a sociedade, onde o Estado deve oferecer apoio aos municípios, quanto a suas dificuldades na área da educação, principalmente em se tratando do ensino infantil e fundamental que são considerados o alicerce de sustentação para que os indivíduos possam progredir e se desenvolver em quanto pessoa.

Ao se pensar em novas reformas educacionais, deve se levar em conta a bagagem educacional que o tempo deixou, ou seja, os governantes devem aproveitar as ideias e projetos que deram ou estão dando certo, com o intuito de melhorar cada vez mais essas propostas, mesmo se forem de adversários políticos, pois o que fica claro de acordo com a história é que se julga uma obra ou um trabalho não pelo seu mérito ou pelo benefício, mas pelo seu autor. (Ribeiro, 1993). Conforme Santos (2010) entende-se que “a educação de qualidade é um desafio persistente visto que o Sistema Educacional Brasileiro nem sempre é capaz de desenvolver habilidades cognitivas de importância essencial para a vida cotidiana e evidencia debilidades no fomento à formação de valores que capacitem os cidadãos a uma participação ativa na sociedade e também na promoção do desenvolvimento humano sustentável.”

Os processos educacionais devem cumprir um papel social, não apenas buscando a inserção no mercado de trabalho, mas que possibilite um olhar crítico aos acontecimentos do cotidiano, ou seja, busca o respeito mútuo, espaço de participação e reconhecimento da própria história. Desta forma, a educação é vista como um processo de humanização, que se dá ao longo da vida em sociedade, onde as práticas educativas contribuem para a construção da identidade do sujeito, cabendo ao profissional da educação preocupar-se com sua interação, refletindo sobre as mesmas, tendo claro que suas práticas são decisivas para o processo de socialização e constituição da cidadania. (Martins, s/d)

### **Referências Bibliográficas**



- BOMENY, H. **Coleção Descobrimdo o Brasil: os intelectuais da educação**. São Paulo: Jorge Zahar. 2001
- FERREIRA, C. S. e col. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **In Revista Labor**. Nº 11. Vol. 01. 2014
- GADOTTI, M. Educação Brasileira Contemporânea: desafios do ensino básico. **In Centro de Referência Paulo Freire**. 1995
- GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **In Estudos avançados**. Vol 07. Nº 18. São Paulo. 1993
- MARTINS, E. B. e col. **A educação como aporte de socialização e constituição da cidadania: compreendendo as relações de poder como subsídio teórico na configuração dos processos educativos**. s/d
- NASCIMENTO, L. R. e PRATTI, R. C. B. Pedagogia da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. **In Monografia do curso de Pedagogia**. Serra. 2011
- RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **In Paidéia**. Nº 04. Ribeirão Preto. 1993
- SANTOS, A. C. C. **Reformas Educacionais no Brasil**. 2010
- SCHNEIDER, M. J. e col. A importância das políticas públicas educacionais na região do Pampa. **In anais do VII Salão do Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Universidade Federal do Pampa. s\d
- SCHWARTZMAN, S. e col. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005.
- SOUZA, A. M. e col. **As três gerações de reformas educacionais e os desafios do ensino básico**. Rio de Janeiro. s\d

SOUZA, P. R. A importância das políticas públicas no âmbito de uma escola pública municipal, partindo de uma gestão democrática. **In XIII Jornada de ensino, pesquisa e extensão.** Recife. 2013